

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas e aos Administradores da
ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Russell Bedford

taking you further

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.02.23 16:03:02 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRCRS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	Reclassificação 31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.129	19.378	Fornecedores - diversos	11	60	3.038
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	1.188	1.452	Obrigações sociais e trabalhistas	13	106	105
Outros créditos		2	2	Empréstimos e financiamentos	12	8.233	5.296
Impostos a recuperar	8	452	218	Arrendamento a pagar	15	124	100
Despesas antecipadas		249	-	Obrigações tributárias	14	247	182
		<u>10.020</u>	<u>21.050</u>	Partes relacionadas	16 a	-	-
				Provisão Pellon	17 a	2.805	-
				Provisão STK	17 b	935	-
						<u>12.510</u>	<u>8.721</u>
				Não circulante			
Não circulante				Arrendamento a pagar	15	2.017	2.386
Fundo vinculado	6	5.940	5.765	Empréstimos e financiamentos	12	103.308	105.742
Imobilizado	9	117.780	127.291	Outras obrigações		<u>12</u>	<u>12</u>
Intangível	10	<u>6.554</u>	<u>6.970</u>			<u>105.337</u>	<u>108.140</u>
		<u>130.274</u>	<u>140.026</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	74.980	73.522
				Prejuízos acumulados		(52.533)	(42.765)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	16 b	-	13.458
				Total do patrimônio líquido		<u>22.447</u>	<u>44.215</u>
Total do ativo		<u>140.294</u>	<u>161.076</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>140.294</u>	<u>161.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	18.456	13.043
CUSTO OPERACIONAL			
Energia elétrica comprada para revenda		-	(5.224)
Depreciação / Amortização		(10.490)	-
Operação e manutenção de usinas		(1.959)	(2.061)
Encargos de uso da rede elétrica		<u>(136)</u>	<u>(34)</u>
		(12.585)	(7.319)
DESPESA OPERACIONAL			
	20		
Pessoal e administradores		(624)	(610)
Material		(1)	(11)
Serviço de terceiros		(98)	(125)
Depreciação / amortização		(8)	(13)
Tributos		(43)	(30)
Outras receitas / (despesas)		(179)	-
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)		<u>(1.233)</u>	<u>(16.885)</u>
		(2.186)	(17.674)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		3.685	(11.950)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		722	359
Despesas financeiras		<u>(14.175)</u>	<u>(4.316)</u>
		(13.453)	(3.957)
Resultado antes dos impostos			
Contribuição social		-	(62)
Imposto de renda		<u>-</u>	<u>(148)</u>
		-	(210)
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios		(9.768)	(16.117)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
30 de junho de 2019

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios	(9.768)	(16.117)
Total dos resultados abrangentes do exercícios	<u>(9.768)</u>	<u>(16.117)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.603	(26.648)	34.377	60.332
Prejuízo do exercícios	-	(16.117)	-	(16.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	52.603	(42.765)	34.377	44.215
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reapresentado 73.522	(42.765)	Reapresentado 13.458	Reapresentado 44.215
Aumento de capital	13.458	-	(13.458)	-
Redução de Capital	(12.000)	-	-	(12.000)
Prejuízo do exercícios	-	(9.768)	-	(9.768)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	74.980	(52.533)	-	22.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do períodos		(9.768)	(16.117)
Ajustados por:			
Depreciação/Amortização	9 e 10	10.498	13
Encargos financeiros, líquidos		13.984	4.269
Atualização financeira		(175)	(61)
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)		<u>1.233</u>	<u>16.885</u>
Resultado ajustado		15.772	4.989
(Aumento) redução nos ativos			
Fundo vinculado		-	(1.508)
Impostos a recuperar		(234)	124
Despesas antecipadas		(249)	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		264	1.376
Outros créditos		<u>-</u>	<u>(2)</u>
		(219)	(10)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores - Diversos		(2.978)	2.842
Fornecedores - Compra de energia para revenda		-	(3.768)
Encargos de Empréstimos e Financiamentos		2.254	2.526
Obrigações sociais e trabalhistas		1	11
Obrigações tributárias		65	102
Partes relacionadas		-	(9)
Arrendamento		(345)	(76)
Outras obrigações		<u>3.740</u>	<u>-</u>
		2.737	1.628
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		18.290	6.607
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições e reclassificação do ativo imobilizado	9	(1.852)	(24.911)
Adições ao ativo intangível	10	<u>48</u>	<u>(186)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.804)	(25.097)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		1.458	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	(13.458)	-
Captação de empréstimo	12	(2.254)	28.193
Amortização de Juros de Encargos de empréstimos		<u>(13.481)</u>	<u>(2.025)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(27.735)	26.168
Aumento \ (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(11.249)</u>	<u>7.678</u>
Caixa e equivalentes no início do exercícios		19.378	11.700
Caixa e equivalentes no final do exercícios		<u>8.129</u>	<u>19.378</u>
		<u>(11.249)</u>	<u>7.678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	Reapresentado <u>30/09/2020</u>
Receitas		
Receita bruta	<u>20.379</u>	<u>14.513</u>
	20.379	14.513
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de energia elétrica	-	(5.951)
Serviços de terceiros	(2.057)	(2.186)
Materiais	(1)	(11)
Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)	(1.233)	(16.885)
Outras despesas / custos operacionais	<u>(187)</u>	<u>(13)</u>
	(3.478)	(25.046)
Valor adicionado bruto	<u>16.901</u>	<u>(10.533)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Depreciação / Amortização	(10.490)	-
Receitas financeiras	<u>722</u>	<u>359</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.133</u>	<u>(10.174)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	624	610
Governo (Impostos e contribuições)	2.102	1.017
Encargos financeiros	14.175	4.316
Lucro líquido (prejuízo) do exercícios	<u>(9.768)</u>	<u>(16.117)</u>
	<u>7.133</u>	<u>(10.174)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energia dos Ventos VII S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Graça Aranha, 26 – 11º Andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Alteração do Ponto de Conexão do Complexo Eólico Fortim:

Com a recomendação de perda por caducidade do contrato firmado com a empresa CEARENSE II, transmissora que seria a responsável pela construção, operação e manutenção da ICG ARACATI III, ponto de conexão originário do Complexo de FORTIM à Rede Básica, iniciou-se um processo de discussão entre o Regulador e a Companhia, a fim de encontrar-se uma solução para escoamento da energia que seria gerada pelas Empresas. Após diversas reuniões entre os Agentes, restou determinado que o Complexo, ao invés de conectar-se na ICG ARACATI III, que não foi construída, deveria se conectar na Subestação de Russas II de propriedade da CHESF. Para tanto, deveria construir um sistema de Transmissão em 230 KV, com aproximadamente 69 km de extensão, obra que foi remunerada eminentemente por meio de desconto no pagamento de Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa nova configuração foi imposta pelo Despacho ANEEL n.º 1.987, de 26 de julho de 2016 (publicado em 08/08/2016), que determinou ainda, que a data final de entrada em operação comercial de todo o Complexo de FORTIM passaria a ser dia 01 de novembro de 2019, sem prejuízo dos 20 (vinte) anos de suprimento de energia.

Atualmente, a Companhia está em fase operacional. Esta fase iniciou-se após a publicação do Despacho ANEEL nº 1.539/2020, liberando a usina a operar comercialmente a partir de 02/06/2020.

Em face da postergação na entrada em operação da Companhia, houve a necessidade da contratação de energia para a recomposição de lastro, como forma de honrar com os compromissos de entrega de energia assumidos por meio dos CCEARs, sendo que os referidos contratos foram celebrados com Furnas Centrais Elétricas, visando suprir a falta de geração entre 01/11/2019 29/05/2020.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Assim, apesar do atraso na entrada em operação comercial, a Companhia teve direito ao recebimento da receita da energia comercializada no leilão, visto que a Companhia celebrou contratos de recomposição de lastro e entregou a energia às distribuidoras compradoras. O relatório RV012 publicado em 2 de janeiro de 2020 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, informou qual a receita final que foi faturada em janeiro de 2020 referente a competência de novembro de 2019. Já a receita final referente a competência de dezembro de 2019 foi publicada pela CCEE no RV012 em 31/01/2020, para faturamento em fevereiro de 2020. Seguindo essa dinâmica de receita de venda para o exercício em atraso na entrada em operação, até a efetiva entrada em operação, está resumida na tabela abaixo:

Mês de Competência	Dia da Publicação RV-012	Mês de Faturamento
nov/19	02/jan	Janeiro
dez/19	31/jan	Fevereiro
jan/20	02/mar	Março
fev/20	02/abr	Abril
mar/20	02/mai	Mai
abr/20	02/jun	Junho
mai/20	02/jul	Julho
jun/20	31/jul	Agosto

Em junho/20, a EDV abriu processo nº 3868 de recontabilização para reconhecimento dos contratos CCEAL celebrados com Furnas para fins de reconhecimento da receita referentes ao mês de março/2020, o qual foi avaliado e deliberado na 1136ª reunião do CAD pela CCEE que o considerou procedente encerrando o processo em julho/2020. Dessa forma, houve o faturamento de complemento de receita operacional, o qual foi publicada em 01/09/2020 no RV-012 de competência do mês de julho/2020.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização para atuar como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de Central Geradora Eólica, concedida pelo MME (Ministério de Minas e Energia), foram devidamente cumpridas, não havendo, portanto, qualquer notificação de aplicação de multa por descumprimento da Portaria Autorizativa e cláusulas do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

1.1 Provisão para *impairment* e contrato oneroso

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2020, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

A Companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas no Plano de Negócios aprovado em dezembro de 2020, atualizado em janeiro de 2021, considerando que o Parque Eólico iniciou a sua operação em 2020.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Também foram observadas as premissas editadas pelo acionista controlador Furnas Centrais Elétricas S.A. consoante as normas e premissas adotadas pelo Grupo Eletrobras.

A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador, utilizando-se a tributação pelo lucro real.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia novamente aplicou os testes com a revisão das premissas e o cálculo resultou em um complemento da provisão adicional de R\$ 1.233.

1.2 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 24 de janeiro de 2022.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações financeiras estão elencadas abaixo:

2.1 Bases de apresentação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições normativas de seu regulador, a Agência Nacional Energia Elétrica, onde aplicáveis.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas.

d. Demonstrações de valor adicionado

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte

da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não

circulantes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável, em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

c. Intangível

Refere-se ao custo de *software* e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Na data das Demonstrações financeiras, a Companhia realizou a constituição da provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesas relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

j. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao exercício da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

i. Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

4 **Reclassificação de saldos comparativos**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, originalmente publicadas em 29 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis.
- Correção de Erro.

4.1 **Balanço patrimonial**

	<u>Apresentado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Ajustado</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Reapresentado</u> <u>31/12/2020</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	a 52.603	20.919	73.522
Prejuízos acumulados	(42.765)	-	(42.765)
Adiantamento para futuro aumento de capital	a <u>34.377</u>	<u>(20.919)</u>	<u>13.458</u>
Total do patrimônio líquido	<u>44.215</u>	<u>-</u>	<u>44.215</u>

(a) Reapresentação do balanço patrimonial uma vez que, por uma falha de controle interno, a AGE de integralização de parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC no valor de R\$ 20.919, de 06 de junho de 2019, não foi encaminhada para reconhecimento na contabilidade na referida data. Foi identificado o erro e registrado em 01 de setembro de 2021, e apresentado como reapresentado no comparativo em 31 de dezembro de 2020.

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa e equivalentes de caixa as aplicações financeiras que possuem características de aplicação de curto prazo mantidas mantidos no Banco com a finalidade de satisfazer compromissos rotineiros, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira	8.129	19.378
	<u>8.129</u>	<u>19.378</u>

As disponibilidades financeiras referentes ao investimento ainda não realizado, estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade Títulos Compromissados, cujo rendimento é de 99% (noventa e nove por cento) da média de fechamento diário do Certificado de Depósito Interbancário – CDI Over, e possuem liquidez diária. A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira.

De acordo com a exigência estabelecida na Resolução 3.284 do BACEN, as disponibilidades financeiras, quais sejam, aquelas não utilizadas para pagamentos de fornecedores e pessoal, estão aplicadas em conta de titularidade da sociedade no Banco do Brasil.

6 Fundos vinculados

Fundo vinculado – Caução	CTR n°	31/12/2020	Reserva	Rendimentos	Saldo em 31/12/2021
Energia dos Ventos VII S.A.	n° 187.2018.536.4958	5.765	-	175	5.940
		<u>5.765</u>	<u>-</u>	<u>175</u>	<u>5.940</u>

Referem-se aos valores transferidos pela sociedade para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em 31/10/2018. Em 2019, foram transferidos para a conta caução de titularidade da SPE no BNB. Em 2021 os rendimentos totalizaram um montante de R\$ 175.

7 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O Parque Eólico Jandaia que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII, sagrou-se vencedor no 13° Leilão de Energia Nova comercializando 11,70MW médios por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação “ICG” onde o empreendimento iria se conectar originalmente, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial e início de suprimento do CCEAR para 1° de novembro de 2019.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Os custos para a construção do novo sistema de transmissão de uso restrito, está sendo ressarcido através de um desconto na TUST paga pelas SPE.

Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir de 1º de novembro de 2019, as Companhias passaram a receber a receita operacional referente a energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

8 Impostos a recuperar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	57	173
IRPJ e CSLL estimativa	395	43
PIS/ COFINS/ CSLL retido	-	2
	<u>452</u>	<u>218</u>

9 Ativo imobilizado

As imobilizações referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão 07/2011 – ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imobilizado em Curso		
Móveis e utensílios	-	32
Máquinas e equipamentos	18	353
A ratear (a)	3.166	143.792
Imobilizado em Serviço		
Máquinas e equipamentos	115.930	-
Sistema de Transmissão de Conexão		
Máquinas e Equipamentos	16.777	-
Móveis e Utensílios	8	-
(-) Impairment (b)	(18.119)	(16.886)
	<u>117.780</u>	<u>127.291</u>

Movimentações no ativo imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Reclassificação Unitização</u>	<u>31/12/2021</u>
Imobilizado em Curso						
Móveis e utensílios	32	-	-	(2)	(30)	-
Máquinas e equipamentos	353	-	-	-	(335)	18
A ratear (a)	143.792	2.805	(982)	-	(142.449)	3.166
Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(9.159)	125.089	115.930
Sistema de Transmissão de Conexão						
Máquinas e Equipamentos	-	29	-	(967)	17.715	16.777
Móveis e Utensílios	-	-	-	(2)	10	8
(-) Impairment (b)	(16.886)	(1.233)	-	-	-	(18.119)
	<u>127.291</u>	<u>1.601</u>	<u>(982)</u>	<u>(10.130)</u>	<u>-</u>	<u>117.780</u>

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2020</u>
Móveis e utensílios	23	11	(2)	32
Máquinas e equipamentos	343	10	-	353
A ratear (a)	118.902	24.890	-	143.792
(-) Impairment (b)	-	(16.886)	-	(16.886)
	<u>119.268</u>	<u>8.025</u>	<u>(2)</u>	<u>127.291</u>

(a) Os saldos classificados em imobilizado em curso após o término da obra, através da unitização foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do imobilizado, com o consequente reconhecimento da depreciação dos mesmos, calculada desde o momento da energização.

(b) Provisão para perdas – *Impairment*.

A administração da Companhia realizou em 31 de dezembro de 2021, a revisão do cálculo do *impairment*, no qual foi apurada um complemento de provisão no valor de R\$ 1.233, vide nota explicativa 1.1.

10 Ativo Intangível

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Projeto Eólico Energia dos Ventos VII, adquirido de Central Eólica Jandaia I Ltda., conforme 2º Termo Aditivo de 04 de julho de 2014.

Os saldos classificados no intangível em curso após o término da obra, através da unitização, foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do intangível, com o consequente reconhecimento da depreciação dos mesmos, calculada desde o momento da energização.

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Empresa realizou nas controladas, estudo para enquadramento à nova regra e vem reconhecendo desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida ao Imobilizado/Intangível - Direito de Uso.

a. Composição dos saldos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em Curso		
Intangível - Software	-	17
Direito de uso - Arrendamento	-	2.672
Servidões	-	987
Cessão de direitos	-	3.294
Em Serviço		
Direito de uso - Arrendamento	2.443	-
Servidões	1.017	-
Cessão de direitos	3.094	-
	<u>6.554</u>	<u>6.970</u>

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Movimentações no intangível

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Amortização Em</u>	<u>Reclassificação</u> <u>Unitização</u>	<u>31/12/2021</u>
curso						
Software	17	-	-	(6)	(11)	-
Direito de uso - Arrendamento	2.672	-	-	-	(2.672)	-
Servidões	987	19	-	-	(1.006)	-
Cessão de direitos	3.294	-	-	-	(3.294)	-
Em Serviço						
Direito de uso - Arrendamento	-	-	(67)	(162)	2.672	2.443
Servidões	-	-	-	-	1.017	1.017
Cessão de direitos	-	-	-	(200)	3.294	3.094
	6.970	19	(67)	(368)	-	6.554

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reversão</u> <u>de</u> <u>Provisão</u>	<u>31/12/2020</u>
Em Serviço					
Software	27	-	(10)	-	17
Em curso					
Direito de uso - Arrendamento	2.961	110	-	(399)	2.672
Servidões	911	76	-	-	987
Cessão de direitos	3.294	-	-	-	3.294
	7.193	186	(10)	(399)	6.970

11 Fornecedores

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
STK Sistemas do Brasil	23	25
Nordex Energy	-	2.964
Bradesco Saúde	-	11
Sebastião José da Silva	3	3
Cost Planejamento	4	4
IDBBA Assessoria	28	28
Outros	<u>2</u>	<u>3</u>
	<u>60</u>	<u>3.038</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo de empréstimos circulante:

Empréstimo	CTR nº	Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020
Energia dos Ventos VII S.A..	nº 187.2018.536.4958	8.233	5.296
		8.233	5.296

Composição do saldo de empréstimos não circulante:

Empréstimo	CTR nº	Não Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020
Energia dos Ventos VII	nº 187.2018.536.4958	103.308	105.742
		103.308	105.742

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31/12/2021	31/12/2020
	Moeda nacional	Moeda nacional
2021	-	179
2022	2.254	7.550
2023	3.387	3.387
2024	3.727	3.727
2025	4.094	4.094
2026	4.487	4.487
Após 2026	87.614	87.614
Total	105.563	111.038

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

Empréstimo	CTR nº	Circulante				Saldo em 31/12/2021	Não circulante		Saldo em 31/12/2021	Saldo do empréstimo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Principal	Juros	Pagamento		Saldo em 31/12/2020	Tranche		
Energia dos Ventos VII	nº 187.2018.536.4958	5.296	2.434	13.984	(13.481)	8.233	105.742	(2.434)	103.308	111.541
		5.296	2.434	13.984	(13.481)	8.233	105.742	(2.434)	103.308	111.541

O financiamento é em moeda nacional, não há financiamento em moeda estrangeira.

Em 31 de outubro de 2018, foi assinado o contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2018.536.4958 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no valor de R\$105.742 de principal a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Sobre a dívida incide a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor conforme cláusula nona dos contratos.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a. além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o exercício de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o exercício de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

A composição de saldos de obrigações sociais a recolher é apresentada como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
INSS a recolher	26	20
IRRF empregados a recolher	9	15
Férias e encargos	<u>71</u>	<u>70</u>
	<u>106</u>	<u>105</u>

14 Obrigações tributárias

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos federais retidos de fornecedores	21	22
Pis e Cofins a recolher	175	140
IRPJ a recolher	<u>51</u>	<u>20</u>
	<u>247</u>	<u>182</u>

15 Arrendamentos a pagar

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao exercício de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de arrendamentos a pagar era de R\$ 2.141 (R\$ 2.486 em 31 de dezembro de 2020). A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorre pela amortização enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários.

	31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	124	2.017	2.141

	31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	100	2.386	2.486

16 Partes relacionadas

- a) O contrato EDV.ENG.010.2018, referente ao pagamento de prestação de serviço de engenharia do proprietário celebrado em 22/11/2018 realizado entre FURNAS e as SPE's do Complexo Eólico FORTIM: EDV V, EDV VI, EDV VII, EDV VIII e EDV IX, atualizado pelo IPCA conforme cláusula 9.8 do contrato, foi quitação da dívida em novembro de 2021.

EDV	CNPJ/MF	%	Principal	Atualização	Pagamento	Saldo 31/12/2021
Energia dos Ventos VII	15.253.791/0001-39	22%	961	155	(1.116)	-
	TOTAL	100%	961	155	(1.116)	-

- b) Aportes efetuados pelo acionista para futuro aumento de capital. O saldo em 31/12/2021 é apresentado a seguir:

Acionista	Movimentação dos AFACs				
	31/12/2020	Reclassificação	Saldo Reclassificado 31/12/2020	Aumento de Capital	31/12/2021
Brasil Ventos Energia	34.377	(20.919)	13.458	(13.458)	-
	34.377	(20.919)	13.458	(13.458)	-

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária AGE a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital AFAC da Companhia com posterior redução de capital, conforme nota explicativa 18.

17 Provisões

- a) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001 Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 11.782, montante consolidado do grupo, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores. Pela avaliação do departamento jurídico

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

da Companhia a probabilidade de realização de depósito judicial é classificada como provável, e o seu saldo atualizado de R\$ 2.805 foi provisionado.

b) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM, após emissão de Relatório Técnico nº 007-2020, Relatório Técnico nº 011-2020 (Pleitos da SE/LT/Bay) e Relatório Técnico nº 015-2020 (Consolidação dos Pleitos da RMT), pela Engenharia do Proprietário. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além da contestação às penalidades contratuais que lhe foram aplicadas.

	<u>31/12/2021</u>
Linha de transmissão	723
Rede de média tensão	<u>212</u>
	<u><u>935</u></u>

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social está representado por 86.980.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02 de abril de 2019, o Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, com base no art.41 do Anexo I do Decreto nº9.035, de 20 de abril de 2017, após exame da documentação relativa à proposta de aumento de capital da subsidiária Energia dos Ventos VII, cujo pedido foi feito por meio da Carta CE.DA.BVE.016.2019, de 22 de fevereiro de 2019, se manifestou nos termos da Nota Técnica nº4584/2019- MP não encontrando óbices para integralizar parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC, existentes à época.

Por uma falha de controle interno, a AGE de integralização de parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC no valor de R\$20.919, de 06 de junho de 2019, não foi encaminhada para reconhecimento na contabilidade na referida data. Foi identificado o erro e registrado em 01 de setembro de 2021, e apresentado como reclassificado no comparativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 17 de setembro de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária com registro na Junta em 18/10/2021, foi aprovada a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital AFAC da Companhia mediante a emissão de 13.458.164 ações nominiais com valor de R\$ 13.458. Posteriormente, na Assembleia Geral Extraordinária AGE de 18 de outubro de 2021, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 12.000 sem que tal redução afete a quantidade de ações emitidas anteriormente, passando o capital social para R\$ 74.980 e 86.980.000 ações nominiais.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 é a seguinte:

	31/12/2021			Reclassificação 31/12/2020		
	Quantidade de ações	R\$	% do capital social	Quantidade de ações	R\$	% do capital social
Brasil Ventos Energia S.A	86.980.000	74.980	100,00%	73.522.303	73.522	100,00%
	86.980.000	74.980	100,00%	73.522.303	73.522	100,00%

a. Cessão não onerosa de ações

Em 30/12/2017, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (99,99%) na Energia dos Ventos VII S.A.

A transferência nos livros societários só ocorreu após o recebimento de correspondência da ANEEL, em 23/01/2018, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão.

O registro da transferência ocorreu em 28/02/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base novembro/2017.

Em 13/07/2018, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações da Central Eólica Jandaia para a Brasil Ventos referente à participação societária de (0,01%) na Energia dos Ventos VII S.A.

O registro da transferência ocorreu em 13/07/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho/2018.

19 Receita operacional líquida

(a) Energia elétrica vendida - O Parque Eólico Jandaia que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII, sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando 11,70MW médios por um exercício de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação “ICG” onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo para entrada em operação comercial para o parque eólico, passando a ser 01/11/2019 a nova data de início de suprimento do CCEAR.

As receitas são proporcionais à entrada em operação comercial do parque em 30/05/2020.

	31/12/2021		
	Total 31/12/2020	Venda de energia	(-) Tributos e encargos
Energia dos Ventos VII S.A.	13.043	20.379	(1.923)
	13.043	20.379	(1.923)

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir da data firmada para entrada em operação comercial, a Companhia adquiriu o direito de receber a receita operacional referente a energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

(b) Encargos de uso da rede elétrica - Em 31 de julho de 2019, foi assinado o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST nº063/2019 entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, as Concessionárias de Transmissão e Energia dos Ventos VII – EDV VII denominada EOL Jandaia. Seu objeto é o uso da Rede Básica pelas Usuárias, incluindo a Prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão às Usuárias, mediante controle e supervisão do ONS e a Prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletro energéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos Serviços de Transmissão prestados pelas Concessionárias de Transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, na legislação e na regulação vigente. O contrato também prevê a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos nestes Contratos e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das Concessionárias de Transmissão. Conforme tabela Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST do contrato, a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST iniciou em 01/08/2019.

(c) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas “O&M”, gastos com Operação e Manutenção dos contratos de Aerogeradores abrangendo a Subestação e linha de transmissão totalizando um valor de R\$1.959.

(d) Devido ao atraso na entrada em operação do parque, tratado na nota de contexto operacional, houve a necessidade da contratação desta energia de lastro. Em 04 de novembro de 2019 foi celebrado um Contrato de comercialização de Energia Elétrica no Ambiente livre entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII EOL Jandaia. Seu objeto é a compra e venda de Energia contratada, a vigência do contrato e pelo exercício de suprimento de 01 de novembro de 2019 a 29 de maio de 2020.

20 Despesas operacionais

Despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e Conselheiros (a)	(624)	(610)
Material	(1)	(11)
Serviços de terceiros (b)	(98)	(125)
Tributos	(43)	(30)
Depreciação	(8)	(13)
Outras receitas (despesas)	(179)	-
Provisão (impairment)	(1.233)	(16.885)
	(2.186)	(17.674)

a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Conselho de Administração foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2018, conforme autorização dada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com o previsto no art. 31 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, passando a Diretoria a ser o único órgão da administração, visando a racionalização de recursos com as estruturas societárias do empreendimento.

O Conselho Fiscal é formado por 03 membros titulares e respectivos suplentes, sendo dois membros titulares e respectivos suplentes indicados pela Controladora, com renúncia de remuneração pelo desempenho de suas funções em razão da gestão compartilhada com a Controladora, e um membro titular e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia.

	31/12/2021		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2	0	3
Número de membros remunerados	0	0	1
Valor da maior remuneração individual	-	-	700
Valor da menor remuneração individual	-	-	700
Valor médio de remuneração individual	-	-	700

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, valores em reais.

Pessoal e Conselheiros	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(619)	(604)
Remuneração	(357)	(350)
Encargos	(121)	(127)
Outros Benefícios	(141)	(127)
Conselheiros	(5)	(6)
Honorários	(4)	(5)
Encargos	(1)	(1)
	(624)	(610)

Referente ao demais colaboradores da empresa, informamos que a sociedade possui um empregado sendo, a maior, a menor e a média das remunerações, tomando-se por base o mês de dezembro de 2021, R\$39 mil. Esses valores incluem os salários e adicionais.

b) Serviços de terceiros

A variação decorreu da entrada em operação da SPE, não apresentando uma diferença expressiva do ano anterior.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Serviços de terceiros	31/12/2021	31/12/2020
Telefone e Internet	(7)	(5)
Lanches e Refeições	-	(11)
Serviços de Informática	-	(2)
Despesas Legais e Judiciais	(39)	-
Passagens	(5)	(10)
Serviço de Auditoria	(10)	(11)
Publicações Legais	(35)	(38)
Segurança Patrimonial	-	(45)
Outros	(2)	(3)
	(98)	(125)

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Considerando-se que a Companhia se encontra em fase operacional, o principal fator de risco que afeta o negócio da Companhia pode ser assim descrito:

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(iii) Risco de encargos financeiros

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas as financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

(iv) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 Cobertura de seguros

O processo Licitatório LC.EDV.T.004.2021, cujo objeto é a prestação de serviços de seguros relativo a Riscos Operacionais (lote 1) e Responsabilidade Civil Geral (lote 2) para o Complexo Eólico Fortim, no qual se inclui a Energia dos Vento VII S.A., foi concluído, tendo sido contratada a Fator Seguradora S/A., com vigência de 29/07/2021 a 29/07/2022. O seguro tem como segurado a Brasil Ventos Energia e como cossegurados as 5 empresas e filiais que compõe o referido complexo.

23 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

(a) Em 21 de junho de 2018, foi contratada, por meio de concorrência pública, a empresa STK Sistemas do Brasil Ltda., para implantação do Sistema de Transmissão de Uso Restrito do Complexo Eólico Fortim, para o fornecimento, transporte, montagem, comissionamento da Subestação Jandaia 34,5 - 230 kV, da Linha de Transmissão (Jandaia-Russas II) em 230 kV com cerca de 69 km e do Bay de Conexão na Subestação Russas II, conforme contrato CT.EDV.ENG.009.2018.

(b) Em 10 de dezembro de 2018, foi contratada, por meio de concorrência pública, a empresa STK sistemas do Brasil LTDA, para o fornecimento de bens e serviços para implantação de rede de média tensão de uso restrito no complexo Eólico Fortim, conforme contrato CT.EDV.ENG.016.2018.

(c) Está em andamento o processo Licitatório LC.EDV.T.007.2021, cujo objeto é a substituição das Torres Anemométricas para o Complexo Eólico Fortim.

25 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa:

- Provisão de contratos de Arrendamentos de terras.

Energia dos Ventos VII S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

- Encargos de empréstimos.

24 Fato significativo

A Administração da Companhia está permanentemente mobilizada na análise dos impactos, diretos e indiretos, nas operações da Companhia em relação à evolução da contaminação pelo vírus COVID 19 (corona vírus).

Assim, com base no que se conhece até o presente momento, não foram identificadas situações que implicassem em impactos significativos em suas atividades, considerando-se que a receita da Companhia é proveniente de contratos firmados em Leilões Públicos e que em seu passivo não há exposição significativa às variações cambiais, salientando ainda que os Investimentos da Companhia seguem uma linha conservadora.



Pedro Eduardo Fernandes Brito
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico

MARIA INES
DRESSLER:537
01798087

Assinado de forma
digital por MARIA INES
DRESSLER:53701798087
Dados: 2022.02.23
17:57:18 -03'00'

 Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC